

CONTAS PÚBLICAS

R\$ 10,7 bi seguem bloqueados

Equipe econômica anunciou o descongelamento de R\$ 20,6 bilhões, de um total de R\$ 31,3 que estavam represados

» EDLA LULA

O governo anunciou a contenção de R\$ 10,7 bilhões no Orçamento deste ano. O relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, estabelece a reversão total do contingenciamento de R\$ 20,6 bilhões anunciado no relatório anterior, divulgado em maio, já que houve uma melhora nas receitas.

Criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o relatório é a ferramenta que deve ser usada pelo Executivo para acompanhar o cumprimento da meta fiscal a cada ano.

O relatório atual justificou a liberação do R\$ 20,6 bilhões pela ampliação da previsão de receitas, com a manutenção do decreto que aumentou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Segundo a Receita Federal, a previsão de arrecadação com as novas alíquotas do IOF é de R\$ 8,4 bilhões.

Além disso, houve elevação na previsão de receitas, com destaque para R\$ 17,9 bilhões de royalties

Washington Costa



De acordo com o secretário Durigan disse que o governo segue a estratégia de atingir "metas robustas"

nesto, por causa da aprovação do projeto de lei que autoriza R\$ 15 bilhões de leilões de petróleo na

camada pré-sal. O relatório destaca ainda o aumento da arrecadações com offshores e de fundos

exclusivos. Também aumentou a estimativa de receitas, em R\$ 1,8 bilhão, proveniente de contribuições

para a Previdência Social, em função do aquecimento do mercado de trabalho.

Pelo lado das despesas, o total bloqueado para cumprir o limite de gastos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passou de R\$ 10,6 bilhões no relatório de maio para R\$ 10,7 bilhões no atual.

O relatório traz uma previsão deficit primário mais otimista para 2025, saindo de R\$ 51,7 bilhões, do documento anterior, para R\$ 26,3 bilhões, o que corresponde a 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB), bem próximo do centro da meta de deficit zero prevista para este ano. O valor está dentro da tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos.

A projeção de receitas primárias totais da União passou de R\$ 2,899 trilhões para R\$ 2,924 trilhões. A estimativa de receita líquida — depois de feitas as transferências para estados e municípios — saiu de R\$ 2,318 trilhões para R\$ 2,346 trilhões.

A previsão de gasto primário total aumentou de R\$ 2,415 trilhões para R\$ 2,420 trilhões. Com as revisões, o volume de gastos

obrigatórios subiu de R\$ 2,205 trilhões para R\$ 2,209 trilhões, enquanto a estimativa de despesas discricionárias caiu de R\$ 210,6 bilhões para R\$ 210,5 bilhões.

Ao detalhar os números, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, frisou que o governo tem "estabelecido e atingido metas robustas" na estratégia de administração das contas públicas, o que ocorre, segundo ele, por meio da recomposição de receitas, "com justiça tributária com correção de distorção, cobrando de quem tem que pagar e não paga".

Tarifaço

Na entrevista coletiva, Durigan afirmou ainda que as medidas em estudo para socorrer empresas prejudicadas com a taxação de 50% na importação de produtos brasileiros pelos Estados Unidos serão pontuais e terão impacto reduzido nas contas públicas, mas serão suficientes para atender às empresas afetadas. "O que será feito, é dentro do menor impacto fiscal possível, pontual, e para aqueles que de fato tenham sido afetados", disse.

Brasileiros entendem "nada" ou "pouco" de finanças

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Uma pesquisa divulgada ontem pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) mostrou que a maioria da população brasileira sabe "pouco" ou "nada" sobre educação financeira.

Segundo o levantamento, 55% dos entrevistados reconhecem ter um baixo entendimento

do assunto. Desses, 40% disseram compreender "pouco" e 15% responderam que não entendem "nada" sobre educação financeira.

Feito pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), o estudo ouviu 3 mil pessoas entre os dias 12 e 26 de junho deste ano.

AA educação financeira, de acordo com o Banco Central,

significa o entendimento de que as pessoas e a sociedade compreendem sobre conceitos e produtos financeiros para, assim, tomarem decisões conscientes.

Segundo a pesquisa da Febraban, 47% dos entrevistados responderam que o assunto educação financeira está ligado principalmente à gestão cotidiana do orçamento doméstico, ou seja, ao

planejamento e controle de receitas e gastos. Aspectos como aprender a investir (23%) ou guardar dinheiro para emergências (12%) são mencionados com menor frequência.

O estudo da Febraban também mostrou um recorte por renda dos entrevistados: até 2 salários mínimos (1.380 pessoas), de 2 a 5 salários mínimos (960 pessoas), e

mais de 5 salários mínimos (660 pessoas).

A associação entre educação financeira como forma de evitar dívidas é maior entre as famílias que ganham até 2 salários mínimos (18%). Esse também é o grupo com maior menção a guardar dinheiro para emergências (20%).

O percentual de endividados é maior entre os que recebem até 2

salários mínimos (42%). Já o entendimento do conceito de educação financeira como "planejar e controlar receitas e gastos" é mais citado entre aqueles com renda acima de 5 salários mínimos (62%). Entre as famílias que vivem com dois a cinco salários mínimos, o conceito de educação financeira como ações de "planejar e controlar receitas e gastos" foi citado por 57%.



4ª EDIÇÃO
**CIRCUITO encontro
Delas**

A corrida feminina mais charmosa do Brasil





**INSCRIÇÕES
ABERTAS**

21 de setembro

Park Shopping - Brasília/DF



Realização:



Promoção:

**CORREIO
BRAZILIENSE**

Apoio de Comunicação:



cb.dooh
MÍDIA DIGITAL

